



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**  
**ESTADO DO PARANÁ**

**CONCURSO - EDITAL Nº 001/2015**  
**PARECERES DOS RECURSOS**

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO os pareceres dos recursos do Edital de Abertura nº 001/2015 da Prefeitura do Município de Terra Roxa – Estado do Paraná, interpostos contra as questões da prova objetiva e o gabarito preliminar.

Art. 1º - Conforme Edital de Abertura nº 001/2015, se da análise do recurso resultar anulação de questão(ões), os pontos referentes à(s) mesma(s) será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido, se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de qualquer questão da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

**ENSINO SUPERIOR – MATEMÁTICA**  
**QUESTÃO Nº 07 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista não apresentar erro em sua formulação.

$$\frac{300}{720} \times 18 = 7,49999 \cong 7,5 m^2$$

**QUESTÃO Nº 08 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista a resolução da questão pode se dar através de raciocínio lógico e não obrigatoriamente com o conhecimento de análise combinatória.

**QUESTÃO Nº 09 – ALTERAR GABARITO PARA LETRA C.**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que o gabarito sofrerá uma alteração, a resposta correta é a letra C e não letra D como consta no gabarito Preliminar.

**ENSINO SUPERIOR – CONHECIMENTOS GERAIS**  
**QUESTÃO Nº 11 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidato, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a correta interpretação do enunciado da questão é parte integrante do processo avaliativo para o cargo pretendido. Ademais, o argumento apresentado é inconsistente e sem referencial.

**QUESTÃO Nº 12 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, observa-se que as fontes citadas não são oficiais, portanto inconsistentes. A fonte oficial disponível, neste caso o IBGE, assegura que a resposta apontada no gabarito preliminar está correta.

17/07/2015.

## **ENSINO MÉDIO - PORTUGUÊS**

### **QUESTÃO Nº 02 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será \_mantida, tendo em vista que o texto inicia contextualizando a condição das meninas na cadeia, no primeiro e no segundo parágrafos e, a partir do terceiro inicia falando do ataque à feminilidade e o primeiro impacto é a proibição de espelhos (3º parágrafo), exercício da sexualidade (4º) parágrafo, não há espaço para a maternidade (5º. Parágrafo), elas precisam fazer a faxina e os meninos não (6º). Assim, a única alternativa que mostra as privações e problemas pelos quais elas passam. No texto a referência ao fato de os meninos não fazerem faxina apenas justifica as privações sofridas pelas mulheres. Esse realmente não é o assunto do texto.

### **QUESTÃO Nº 03 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que na letra a, “as necessidades” exercem a função de como complemento nominal (exigindo preposição) e, se a palavra feminina for troca por uma masculina no mesmo lugar e função, o a passa a AO, comprovando a ocorrência de artigo a + preposição a; Na letra b, ocorre o mesmo, trocando feminilidade por uma palavra masculina, temos ataque AO DESSAMOR; na letra c, trocando sexualidade por direito teremos ATAQUE AO direito, na letra D, temos uma locução adverbial feminina (que exige crase) – à quadra e, finalmente na letra E, a crase está errada porque “As necessidades femininas é sujeito, não exigindo crase, se troca por direitos, teremos “Os direitos femininos”, comprovando a não exigência de preposição. Às mulheres, com crase teriam a função do objeto indireto e não de sujeito, mudando o sentido. Só há crase ocorre quando temos artigo a + preposição a,

### **QUESTÃO Nº 05 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será \_\_mantida\_\_, tendo em vista na oração “Essas meninas podem passar até três anos sem se ver. Isso prejudica demais a auto estima”, não há dúvida que o fato de não se ver é que prejudica a auto estima. A resposta é óbvia, não há como contestar... O Isso refere ao que vem antes, trata-se de uma anáfora.

## **CONHECIMENTO ESPECÍFICO – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

### **QUESTÃO Nº 16 – ANULAR QUESTÃO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será ANULADA.

### **QUESTÃO Nº 18 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será MANTIDA.

Para Daft 2005, paginas 32 a 33 a Teoria Burocrática é conhecida por ter; mão-de-obra dividida com definições claras e responsabilidade legítima com deveres oficiais; posições organizadas em uma hierarquia de autoridade; as pessoas são selecionadas e promovidas com base nas suas qualificações técnicas; as decisões e ações administrativas são registradas por escrito; as regras são impessoais, aplicadas uniformemente a todos, os administradores são sujeitos à regras e procedimentos que garantem confiabilidade.

Ainda Daft afirma que a Organização Burocrática enfatiza a administração em uma base impessoal e racional através de elementos como autoridade e responsabilidade claramente definidos, registro formal de dados.

Para Girglioli (1986: 124), o termo "burocracia" foi empregado pela primeira vez em meados do século XVIII pelo economista fisiocrático Vincent de Gournay, visando a identificar o segmento de funcionários da administração do Estado absolutista francês, sob a tutela e dependência do soberano.

Por sua vez Tojal e Carvalho (1997) afirmam que a expressão Burocracia é Indissociável de Instituições governamentais.

Desta forma, fica claro a necessidade do conhecimento mínimo da Teoria Burocrática em um cargo público.

Aprofundando a defesa, termos como ética, licitação, atos e contratos administrativos, atendimento ao público entre tantos outros pertinentes ao ementário só são validades e confirmados pela Teoria Burocrática.

#### **QUESTÃO Nº 21 – ANULAR QUESTÃO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será ANULADA.

#### **QUESTÃO Nº 25 – MANTÉM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será MANTIDA.

Empowerment, do verbo inglês "toempower", etimologicamente, significa transferir ou investir poderem algo ou alguém. Este transferir, para STRUGALE & BERTONCELLO, "é principalmente atitude e exemplo através da convivência. É muito mais que palavras". (1997). Assim "é colocar a decisão o próximo possível da ação." Nas empresas, os processos de empowerment buscam fazer com que as pessoas nos níveis hierárquicos mais baixos se sintam com poder para agir e que de fato o façam, assumindo responsabilidades pelas decisões (STRUGALE & BERTONCELLO, 1997).

Atingindo maior compromisso, motivação e qualidade.

Daft 2005 afirma que o empowerment deve libertar o poder e a criatividade do funcionário, dando liberdade, recursos, informações e habilidade para tomarem as decisões e terem um desempenho eficaz.

Ainda Daft o Empowerment parece aumentar o poder total das organizações pois todos tem mais a dizer, contribuindo mais para as metas organizacionais. Ou seja, aumento da eficácia do funcionário por consequência da organização.

Desta forma o empowerment não apenas descentralização, e sim um método de comprometimento, responsabilidade contribuindo para um maior desempenho da organização.

#### **CONHECIMENTO ESPECÍFICO – CONTADOR**

##### **QUESTÃO Nº 20 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será INDEFERIDA, tendo em vista que no edital consta:

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Contabilidade Pública: conceito, campo de atuação; bens públicos, entidades públicas,....**

**Portanto o Contador deve ter um mínimo de conhecimento de qual princípio rege a entidade pública ou o "ente público". Portanto a alternativa CORRETA é a letra "E" que afirma que: nenhuma das alternativas está correta.**

#### **QUESTÃO Nº 23 – ANULAR QUESTÃO**

**O texto abaixo se refere a qual Lei?**

*"A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar".*

(A) Lei das Diretrizes Básicas.

(B) Lei Orçamentaria Anual.

(C) Lei de Responsabilidade **Social**. Erro de digitação o correto é FISCAL.

(D) Lei das Finanças Públicas.

(E) Lei das Diretrizes Orçamentárias.

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será DEFERIDA, tendo em vista que houve um ERRO de digitação. Onde a alternativa CORRETA seria Lei de Responsabilidade FISCAL, e foi digitado Lei de Responsabilidade SOCIAL.

#### **QUESTÃO Nº 25 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será INDEFERIDA, tendo em vista que as alternativas apresentadas são:

I - suplementares, os destinados a dotação orçamentaria previamente prevista;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais haja dotação orçamentaria específica;

III - extraprevidenciários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade publica.

E as alternativas CORRETAS são:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade publica.

**Portanto a resposta CORRETA é a letra “E”, conforme o gabarito.**

#### **QUESTÃO Nº 28 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será INDEFERIDA, tendo em vista que a candidata está CORRETA ao afirmar que: “De acordo com a Lei complementar 101 de 04 de maio de 2000, artigo 19 os Estados tem como limite de gastos com pessoal 60% da receita corrente líquida e não 50% como está na questão, portanto, a alternativa correta seria a alternativa B, apenas o percentual do município está correto”.

A alternativa CORRETA de fato é a “B”, portanto igual ao Gabarito.

#### **CONHECIMENTO ESPECÍFICO – EDUCADOR INFANTIL**

##### **QUESTÃO Nº 22 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista o recurso solicitado diz que a questão não apresenta opção “VI”. Houve um equívoco nessa solicitação, pois de acordo com a prova a questão apresenta SIM a opção “VI”, conforme apresentamos abaixo:

22) As tendências pedagógicas devem ser conhecidas e estudadas devido a importância histórica de se entender o campo e o caminho da Didática na educação brasileira. Diante disso, é necessária uma análise da importância dessas tendências em relação aos pressupostos de aprendizagem. Relacione corretamente o conceito à sua definição:

I - Tradicional.

II - Escola nova.

III - Tecnista.

IV - Histórico-crítica.

#### **CONHECIMENTO ESPECÍFICO – ENGENHEIRO CIVIL**

##### **QUESTÃO Nº 20 – ANULAR QUESTÃO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será anulada, tendo em vista que realmente houve um erro no texto da questão. A pressão dinâmica mínima nas tubulações distribuidoras deve ser mesmo de 100 kPa (10 mca).

##### **QUESTÃO Nº 27 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que a classificação granulométrica da brita 2 é realmente entre 19,0mm a 25 mm, conforme bibliografia consultada.

#### **CONHECIMENTO ESPECÍFICO – MÉDICO**

##### **QUESTÃO Nº 16 – ANULAR QUESTÃO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será anulada, tendo em vista que o enunciado está incompleto.

## CONHECIMENTO ESPECÍFICO – MÉDICO VETERINÁRIO

### QUESTÃO Nº 28 – MANTEM GABARITO

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será MANTIDA COM O GABARITO ORIGINAL, tendo em vista que para o conhecimento específico que o concurso prevê, não há como deixar de considerar o instrumento que Dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário, ensinado nos bancos escolares das faculdades de Medicina Veterinária, cujo conhecimento de seu teor é condição *sine qua non* para qualquer atividade desse profissional. Desconsiderá-la significa não convalidar os conhecimentos específicos que asseguram a legitimidade do profissional na ciência animal. Esta Lei é única para atestar a competência privativa do Médico Veterinário no Exercício Profissional (Capítulo II, Art. 5º e Art. 6º).

## CONHECIMENTO ESPECÍFICO – PROCURADOR JURIDICO

### QUESTÃO Nº 16 – MANTEM GABARITO

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será **mantida**, tendo em vista que, conforme leciona o doutrinador Paulo Lenza (2011, p. 391) a competência **exclusiva** da União é marcada pela particularidade da **indelegabilidade**, ou seja, as competências exclusivas da União contidas expressamente no rol do artigo 21 da Constituição Federal, não podem ser delegadas aos demais entes federados (Estados, Municípios e Distrito Federal).

Por outro lado, a competência **privativa** da União compreende aquela que pode ser **delegada** pela União aos Estados e ao Distrito Federal, conforme parágrafo único do artigo 22 e parágrafo 1º do artigo 32, ambos da Constituição Federal.

Assim, **o artigo 22 da Constituição Federal traz o rol das competências privativas (leia-se delegáveis aos Estados e ao Distrito Federal)**, sendo que em seu inciso XII consta a legislação sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia. Diante disso, nota-se a **evidente diferença entre competência exclusiva e privativa, não podendo jamais, serem confundidas pelo operador do direito.**

Ainda, o argumento de que os termos “exclusivos” e privativos” são sinônimos, não deve prosperar, uma vez que a doutrina majoritária, a própria legislação, bem como a jurisprudência pacífica dos tribunais entende pela diferença entre as competências exclusivas e privativas, conforme já fora exposto.

Diante disso, o gabarito da questão 16 deve ser mantido, uma vez que **as assertivas A, B, D e E dizem respeito à competência exclusiva (indelegável) da União**(elencado no artigo 21 da Constituição Federal incisos I, V, VI, e X), ao passo que **a assertiva C** (legislar sobre jazidas, minas outros recursos minerais e metalurgia) **é competência privativa (delegável) da União**, conforme artigo 22, XII da Constituição Federal.

### QUESTÃO Nº 21 – MANTEM GABARITO

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será **mantida**, tendo em vista que, a assertiva que não corresponde a uma hipótese de **dispensa** de licitação é a letra “D”, uma vez que para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, a licitação é **inexigível** (artigo 25, III da Lei 8666/93 e não dispensável. As demais assertivas encontram-se no rol de dispensa do artigo 24 da Lei 8666/93 (incisos III, VI, XII e XV, respectivamente).

Conforme ensina a doutrinadora Maria Sylvia Zanella DiPietro (2012, p. 390), a **diferença básica entre as duas hipóteses está no fato de que, na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a Lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Já nos casos de inexigibilidade, não há possibilidade de competição, porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável.**

Conquanto, outra diferença entre a dispensa e a inexigibilidade consta da própria redação do *caput* artigo 25 da Lei 8.666/93, onde o **rol da inexigibilidade é exemplificativo**: “Art. 25. É *inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial*(...). Outrossim, o **rol das dispensas** inserido no artigo 24 da Lei 8.666/93 é **taxativo**.(PIETRO, 2013, p. 391)

Diante disso, nota-se a evidente diferença entre a inexigibilidade e dispensa de licitação, estando elas inseridas, inclusive, em diferentes róis da Lei de Licitações (8666/93), **não podendo jamais, serem confundidas pelo operador do direito.**

Ainda, o argumento de que os termos “dispensável” e “inexigível” são sinônimos, não deve prosperar, uma vez que a doutrina majoritária, a própria legislação, bem como jurisprudência pacífica dos tribunais entende pela diferença entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação, conforme já fora exposto.

Diante disso, **o gabarito da questão 21 deve ser mantido**, uma vez que as assertivas A, B, C e E dizem respeito a dispensa de licitação (elencadas no artigo 24 da Lei 8.666/93 incisos VI, III, XV, XII), ao passo que a assertiva D (para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública) é hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme artigo 25, III da Lei 8.666/93.

#### **QUESTÃO Nº 28 – ANULAR QUESTÃO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será **anulada**, tendo em vista que o item II “a citação efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu”, permite dupla interpretação. Vejamos.

Tal afirmação está *ipsis litteris* contida no artigo 216 do Código de Processo Civil (CPC), o que permitiria aos candidatos assinalarem esse item como verdadeiro.

Conquanto, o artigo 217 do CPC mitiga a aplicação do artigo 216 ao mencionar hipóteses excepcionais em que a citação não poderá ser realizada, como por exemplo, quando o sujeito estiver assistindo a culto religioso (inciso I). Dessa feita, o candidato também poderia considerar o item como falso, pois muito embora haja literalidade da Lei, não constou em tal afirmativa como sendo ela a regra geral, ou que a mesma comportasse exceções.

Assim, haveria duas respostas possíveis: I, II e III corretas ou I e III corretas, haja vista que:

**I -** O comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação (parágrafo 1º do artigo 214 do Código de Processo Civil); **CORRETA**

**II -** a citação efetuar-se-á em qualquer lugar em que se encontre o réu (artigo 216 do CPC); **CORRETA se interpretada como regra geral, ERRADA, se considerar as mitigações do artigo 217 do CPC.**

**III -** A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa. (artigo 219 do CPC). **CORRETA**

**IV -** Não se fará, porém, a citação, salvo para evitar o perecimento do direito aos noivos, nos 2 (dois) primeiros dias de bodas, **ERRADA** pois são 3 (três) dias e não 2 (dois) como constou (artigo 217, III do CPC).

Dessa feita, como não constou no item II a expressão “regra geral” ou “salvo exceções”, permitiu-se dupla interpretação, podendo tal afirmativa ser considerada verdadeira ou falsa, concomitantemente. Assim, resta deferido o recurso interposto para anular a presente questão.

#### **CONHECIMENTO ESPECÍFICO – PSICOLOGO**

##### **QUESTÃO Nº 26 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista : Dentre os desafios da Reforma há consenso sobre a necessidade da sociedade conviver de forma mais harmônica com os diferentes e o reconhecimento das potencialidades dessas pessoas, que não estão à margem do projeto de Nação, que têm capacidade de trabalhar e de produzir. Nos últimos anos, tem ocorrido a valorização, por mérito, de diversas expressões culturais e artísticas de portadores de transtornos mentais. Em todo o País, é possível encontrar artistas usuários de serviços de Saúde Mental produzindo, pintando, gravando, escrevendo, expondo e se expondo, orgulhosos de seus dons e valores. Comercializam telas, livros e CD, o que é, provavelmente, uma segura manifestação de cidadania e pertencimento a esse mundo do mercado que compra e vende arte. Portanto a reforma pretendeu mudança de práticas que tinham em seu bojo uma mudança de paradigma no sentido de promover o respeito ao paciente assim como a necessidade de inserção do mesmo na sociedade, considerando que os internamentos visavam o afastamento, promoviam a discriminação e tratavam os internos como seres incapazes.

##### **QUESTÃO Nº 30 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será mantida, tendo em vista que de acordo com o texto : Um dos principais desafios na área de POT é compreender como interagem os múltiplos

aspectos que integram a vida das pessoas, grupos e organizações em um mundo em constante transformação, de modo a propor formas de promover, preservar e restabelecer a qualidade de vida e o bem-estar. Dentre outros aspectos, é preciso evitar que as pessoas tenham que se adaptar a condições que ultrapassem seus próprios limites, como aprender habilidades em prazos mais curtos do que o necessário ou mesmo alterar aspectos de sua identidade. Para tanto, faz-se necessária estreita interface com outras áreas do conhecimento, tais como sociologia, antropologia, ciências políticas, educação, economia e administração. Deste modo o enunciado atendendo a orientação de apresentar somente uma alternativa a ser marcada deixa claro que certo ou errada “somente uma” deveria ser assinalada.

## **CONHECIMENTO ESPECÍFICO – TECNICO EM ENFERMAGEM**

### **QUESTÃO Nº 22 – MANTEM GABARITO**

**Justificativa:** Prezados Candidatos, em resposta ao recurso interposto para esta questão, temos a esclarecer que a mesma será MANTIDO, tendo em vista que todo adulto com 18 anos ou mais de idade, quando vier à Unidade Básica de Saúde (UBS) para consulta, atividades educativas, procedimentos, entre outros, e não tiver registro no prontuário de ao menos uma verificação da PA nos últimos dois anos, deverá tê-la verificada e registrada [Grau de Recomendação A]. A primeira verificação deve ser realizada em ambos os braços. Caso haja diferença entre os valores, deve ser considerada a medida de maior valor. O braço com o maior valor aferido deve ser utilizado como referência nas próximas medidas. O indivíduo deverá ser investigado para doenças arteriais se apresentar diferenças de pressão entre os membros superiores maiores de 20/10 mmHg para as pressões sistólica/diastólica, respectivamente (SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO; SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA; SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA, 2010). Com intervalo de um minuto, no mínimo, uma segunda medida deve ser realizada. De acordo com a média dos dois valores pressóricos obtidos, a PA deverá ser novamente verificada: – a cada dois anos, se PA menor que 120/80 mmHg (BRASIL, 2006); – a cada ano, se PA entre 120 – 139/80 – 89 mmHg nas pessoas sem outros fatores de risco para doença cardiovascular (DCV) (CHOBANIAN et al., 2003).